

OFERTA DE MOEDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO 1995-2015¹

Gabriela Lippert Vettorello², Romualdo Kohler³.

¹ Projeto de Pesquisa realizado no curso de Ciências Econômicas

² Aluna do curso de Ciências Econômicas.

³ Professor do curso de Ciências Econômicas.

PROJETO DE TESTE DE CORRELAÇÃO ENTRE OFERTA DE MOEDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1995-2015.

Gabriela Lippert Vettorello
Romualdo Kohler

Introdução

Este trabalho de pesquisa busca estudar o desempenho da economia brasileira no período 1995-2015, com intuito de verificar a existência ou não de correlação entre oferta de moeda e crescimento econômico. Trata-se de um projeto de Monografia a ser desenvolvida no Curso de Ciências Econômicas da UNIJUI, no segundo semestre de 2015.

Ao longo do Curso percebemos que existem muitas variáveis que influenciam no funcionamento da economia e que o Governo através de suas políticas econômicas, fiscal, monetária e cambial, pode interferir no comportamento.

Nesta direção, o recorte do estudo está na questão monetária, mais especificamente em testar se existe correlação entre oferta de moeda e o crescimento da economia brasileira, no período 1995-2005, visto que os efeitos da moeda ainda hoje se constituem em um divisor de águas entre correntes de pensamento econômico.

Metodologia

A metodologia utilizada será essencialmente de pesquisa bibliográficas, onde se busca o debate teórico de autores das diferentes correntes, que contribuíram para a formação de ideias acerca dos assuntos apresentados.

Além da pesquisa bibliográfica, se procederá a coleta de dados secundários em sites oficiais como IBGE, Banco Central e outros sites do Governo Federal, para posterior tratamento econométrico dos mesmos, a fim de verificar se existe a correlação entre oferta de moeda e crescimento da economia brasileira no período 1995-2015.

A partir dos resultados encontrados se objetiva confrontar com os preceitos levantados da diferentes escolas do pensamento econômico, em especial, entre os que defendem a neutralidade da

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

moeda, com efeito apenas nos preços e os que afirmam que a moeda não é neutra, interferindo diretamente no desempenho econômico.

Resultado e discussões

De pronto, se busca um resgate histórico da evolução da moeda, na lógica do desenvolvimento das civilizações. Os primeiros registros de trocas foram percebidos pelos nômades, os quais utilizavam o escambo como forma para constituir as trocas de mercadorias. Neste sistema deveria haver duplo interesse de necessidades entre os demandantes, de modo a suprimir uma dupla coincidência de desejos, e desta forma trocavam-se mercadoria por mercadoria. Vistos aos olhos de hoje neste sistema geralmente uma das partes saía perdendo, afinal trocavam-se mercadorias com um valor superior ao outro.

Os metais preciosos passaram a assumir a função de moeda por diversas razões: são limitadas na natureza, possuem durabilidade e resistência, são divisíveis em peso etc. Para exercer o controle sobre os metais em circulação, foi implantada a cunhagem da moeda pelos governantes, o que deu origem à atual moeda metálica. (VASCONCELLOS & GARCIA, 2006 p. 139)

A partir deste período a vida econômica começa a ser conduzida para uma nova etapa onde que somente determinados produtos eram aceitos como moeda e a partir disto as primeiras moedas começam a surgir, instigados pela necessidade das pessoas em realizar trocas sem que fosse necessária a dupla condição de desejos.

Estes produtos são denominados intermediários de trocas e os bens passam a ter um preço de acordo com valores pré-estabelecidos, sendo considerada uma forma rudimentar de moeda.

Mesmo em seu estágio mais primitivo e usada para intermediar processos rudimentares de troca, a moeda pode ser conceituada como um bem econômico qualquer que desempenha as funções básicas de intermediário de trocas, que serve como medida de valor e que tem aceitação geral. (LOPES E ROSSETI, 2002, p. 18)

Economicamente falando não é possível imaginar o mundo sem uma organização acerca de trocas, pois qualquer que seja a necessidade as trocas são essenciais mesmo quando nem chegavam a ser consideradas como moedas.

Desde o surgimento da moeda, até hoje existem algumas considerações importantes a ser colocadas em amostra. A moeda é qualquer instrumento ou objeto aceito por uma coletividade, que seja um intermediário de troca, também uma unidade de conta e representa uma reserva de valor e desta forma necessariamente precisa ter estes itens para que seja considerada como moeda.

É importante salientar que não precisa ter valor intrínseco ou ser lastreada em metal precioso, bastando ter a confiança e aceitação geral pelos agentes econômicos.

Ao longo da história, a moeda foi evoluindo juntamente com as necessidades que a população tinha. A primeira forma de moeda foi a moeda mercadoria, que deveria atender a uma necessidade comum para ser aceita, possuía valor de uso e de troca.

A moeda metais foi fundamentada na visão mercantilista onde que uma nação era considerada mais rica quanto maiores fossem seus estoques de metais preciosos e esta visão

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

viabilizou o processo de cunhagem de metais. A terceira moeda foi a moeda papel ou representativa onde que a moeda era custodiada pelos ourives e estes emitiam certificados de depósitos e quem os detivesse tinha uma moeda representativa que podia ser transferida de posse sem maiores problemas, porém seu funcionamento foi de curto prazo onde que os ourives acabaram emitindo mais certificados do que realmente havia de moeda e assim logo nem todos os credores conseguiram deter o seu valor monetário representativo.

Após a moeda representativa deu-se início a passagem para a moeda fiduciária ou papel moeda que é uma prática adotada até hoje pelas populações mundiais, esta representa a passagem da moeda papel para o papel moeda, onde que os sistemas de lastros, sob forma de metais preciosos foram abandonados e hoje há algumas características para o sistema monetário que são: inexistência de lastro metálico, inconvertibilidade absoluta e o monopólio estatal das emissões.

Outra prática fundamental que surgiu com a intermediação bancária e que é muito adotada é a moeda bancária escritural ou invisível onde que é denominada invisível por justamente não ter existência física e é escritural por corresponder a lançamentos a débito e a crédito registrados nas contas dos bancos. Atualmente a moeda escritural é a que mais vem ganhando espaço no dia-a-dia afinal ela tornou-se uma ferramenta essencial para utilização sem necessariamente “ter a moeda em mãos”.

No decorrer de um amplo processo histórico da economia houve sempre uma discussão acerca do tema de autonomia ou independência do Banco Central do Brasil, sendo que em alguns momentos estas suposições tomam mais enfoque geralmente carregadas por discussões políticas, como ficou evidente nas eleições do último ano.

Teoricamente, o conceito de autonomia se diferencia de independência. A independência significa a tomada de decisão sem necessidade de autorização ou acordo com órgão externo e, no caso do banco central, isso quer dizer implantar políticas monetárias sem discussão prévia com nenhuma esfera de poder. A autonomia, ação mais limitada, é a possibilidade de determinar algumas regras e, para o banco central, significa ter o poder de, por exemplo, possuir mandatos estáveis para sua diretoria. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIESE, junho de 2005, p. 3 e 4).

A independência tornaria o banco central como um quarto poder dando total integridade ao mesmo para gerir sobre a política monetária e cambial brasileira de forma que o governo não teria nenhuma intervenção em suas decisões, basicamente o seu funcionamento se daria de forma a equiparar-se ao poder legislativo, judiciário e executivo que há em nosso país.

Percebemos por outro lado que a autonomia do mesmo tornaria o grande intervencionismo que o governo exerce atualmente sobre a economia brasileira de forma menos significativa e os presidentes do banco central teriam maiores poderes para dinamizar a economia e é claro nem todas as questões poderiam ser resolvidas apenas pelos membros do conselho deliberativo do banco, sendo que algumas decisões precisariam do veto governamental, porém esta escolha por uma maior autonomia tornaria o funcionamento das principais políticas de forma mais ágil e menos intervencionista, afinal o governo em muitas decisões age de acordo com seus próprios interesses e toda a população brasileira depende destas decisões quanto ao gerenciamento de sua estrutura monetária.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Existe uma discussão muito grande acerca da importância da moeda em relação ao desempenho econômico das nações e por sua vez a estabilidade dos preços, neste aspecto, diferentes correntes de pensamentos se cruzam. Gostaríamos de trazer para nossa discussão as mais importantes e que formam uma base para a construção do nosso conhecimento e análise do problema proposto.

Os economistas ortodoxos filiam-se, regra geral, à corrente chamada monetarista. Com várias nuances essa corrente afirma que a emissão injustificada de moeda é sempre ruim, porque acaba sempre tendo como resultado um aumento da inflação e a instabilidade do sistema, sem nenhum efeito sobre o nível de produto e emprego em que opera a economia. O principal argumento que estes economistas utilizam na defesa de sua posição é a chamada equação quantitativa da moeda: $M.V=P.Y$, onde M = meios de pagamento, V =velocidade de circulação da moeda, P = nível geral de preços e Y =produto agregado real. (PAULANI, 2012, p. 299).

Outro ponto de vista é defendido pelos economistas heterodoxos em oposição aos ortodoxos.

Eles acreditam que em determinados contextos, elevações em M , podem produzir elevações em Y em vez de elevações em P , principalmente se tais elevações decorrem de aumento nos gastos do governo. Se houver capacidade ociosa nas empresas e elevado nível de desemprego da mão de obra, certamente a economia está sofrendo um problema de escassez de demanda agregada, de modo que o aumento nessa demanda, provocado pela elevação dos gastos do governo, pode dinamizar a economia reduzir a ociosidade e elevar o nível de produto e emprego sem afetar, ou afetando apenas marginalmente, os preços. (PAULANI, 2012, p. 301).

Ainda vale lembrar que pela visão Keynesiana a economia não se regula automaticamente pelo mercado e sim precisa de um mínimo de intervenção para ter um melhor funcionamento, em seus estudos Keynes ao sugerir as três funções que a moeda desempenha, nos mostra também que a moeda não é neutra, afinal geram riscos e incertezas e isto está altamente associado as economias modernas da sociedade atual.

Elevando a taxa de juros que paga por seus papéis, o governo provoca uma elevação em todo espectro de taxas de juros do mercado e isso tem duas consequências: em primeiro lugar, o investimento deve diminuir, reduzindo a demanda agregada e, por conseguinte, o nível de renda e produto em que opera a economia; em segundo lugar, em função do maior rendimento, deve crescer a demanda pelos papéis do governo, fazendo com que ele consiga, por este caminho, reduzir a oferta de moeda e desaquecer a economia. Assim, em vez de controlar diretamente a oferta de moeda, o governo pode manipulá-la indiretamente por meio da taxa de juros. (PAULANI, 2012, p. 303).

Principalmente através destas correntes de pensamento que enfatizamos a nossa discussão sobre o que ocorre com a persuasão da política monetária na economia é importante lembrar que existem ainda diversos fatores que se associam ao comportamento da política monetária e um deles é a taxa de juros, que possui importante papel em relação à demanda da economia e também em suas atividades como um todo.

Conclusões

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Neste momento o trabalho contempla o projeto de Monografia a ser desenvolvida no Curso de Ciências Econômicas da UNIJUÍ, no segundo semestre de 2015, daí, portanto, sem as conclusões por estar ainda inacabado.

Mesmo assim, já permitiu avançar no entendimento do papel da moeda na economia, confrontando pensamentos díspares em torno dos efeitos da mesma variável. Nesta linha, se entende que ao final da Monografia será maximizado o aprendizado, em especial, pela verificação empírica proposta, no confronto da teoria com a prática.

Palavras chave: Moeda, crescimento econômico e inflação.

Referências bibliográficas

- BACHA, Carlos José Caetano e Lima, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia, Teorias e Aplicações à Economia Brasileira. São Paulo: Editora Alínea, 2006, 397 p.
- DIEESE. Nota Técnica. A autonomia do banco central. Número 4, junho de 2005. 6 p.
- KEYNES, John Maynard, A Teoria geral do Emprego do Juro e da Moeda. São Paulo, Nova Cultural, 1996. 328p.
- LOPES, João do Carmo e ROSSETI, José Paschoal. Economia Monetária. São Paulo: Editora Atlas, 2002, 495 p.
- MENDES, Carlos S. Rosa, O livro da Economia. São Paulo: Editora Globo, 2013, 352 p.
- PAULANI, Leda Maria e BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade social : Uma introdução à macroeconomia. São Paulo: Editora Saraiva, 4ª edição, 2012, 402 p.
- TUSSET, Claudinei: A evolução da oferta monetária e suas relações com a produção e com os preços, no Brasil Pós real. Monografia, Santa Rosa: Unijuí, 2009, 52 p.
- VASCONCELLOS, Marco A. S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de Economia. São Paulo, SARAIVA, 2006. 246 p.